



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

CONSELHO DE MINISTROS

SÚMULA DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS

EM 16 DE SETEMBRO

Presentes todos os Ministros à exceção dos Ministros da Coordenação Interterritorial, da Administração Interna e dos Estrangeiros que se fizeram substituir pelos Secretários de Estado do Fomento e dos Negócios Estrangeiros e pelo Subsecretário da Administração Interna.

Fundação Cuidar o Futuro

1. ORDEM DO DIA

1.1. Foi aprovada a súmula da reunião de 11 de Setembro.

1.2.1. Foi aprovada a súmula da reunião de 13 de Setembro com as seguintes alterações:

a) No ponto 1.1., o Ministro da Educação e Cultura apenas se absteve em relação ao diploma sobre a conclusão do internato médico;

b) No ponto 1.2.3., a recondução deliberada é dos administradores Drs. Walter Marques e Matos Torres, visto que a de Governador e Vice-Governador resulta da lei de nacionalização;

c) No ponto 1.5.9.1., pág. 7 é eliminada a frase "tal como para o Partido Comunista";



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

2

- d) No ponto 2.1.1. trata-se duma "proposta" de revisão e não dum "projecto de lei";
- e) No ponto 2.4.7. deverá acrescentar-se também o nome do Ministro do Equipamento Social.
- 1.2.2. Pelo Ministro sem Pasta Álvaro Cunhal foram levantadas objecções a que as sùmulas contenham mais que as deliberações visto que a reprodução de argumentos pode dar uma visão errada do debate ou do contexto em que ele se desenvolveu.
- 1.2.3. Pelo Ministro sem Pasta Vítor Alves foi solicitado que às sùmulas do Conselho de Ministros fosse atribuída a classificação de segurança "secreto" que passará a ser aposta por carimbo em todas as folhas.
- 1.3. O Ministro sem Pasta Vítor Alves saudou o Primeiro Ministro por motivo da sua promoção ao posto de brigadeiro.
- O Conselho associou-se aos votos formulados, tendo usado da palavra, em especial, os Ministros do Equipamento Social e da Justiça.
- 1.4. Foram aprovadas as designações de:
- a) Capitão-Tenente Engenheiro Maquinista Naval Fernando da Conceição Quitério de Brito, para admi



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

3

nistrador por parte do Estado junto da Companhia de Electricidade de Macau.

- b) Dr. Carlos Augusto Correa Pais d'Assumpção para o cargo de Administrador por parte do Estado junto da Companhia de Electricidade de Macau.
- c) Eng. Carlos Adolfo Bastos Nandim de Carvalho para o cargo de Administrador por parte do Estado junto da Sociedade Nacional de Estudo e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos, SARL - SONEFE.
- d) Eng. Augusto Manuel Pereira de Oliveira para o cargo de Administrador por parte do Estado junto da mesma SONEFE.
- e) Eng. Jorge Carlos Rodrigues Júlio Mestre para o cargo de administrador por parte do Estado junto da Sociedade Hidro-Eléctrica do Alto Catumbela, SARL.
- f) Eng. Sivicultor José Alberto Lemos Martins Santareno para o cargo de Administrador por parte do Estado junto da Companhia de Cabinda, SARL.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

4

g) Dr. Eduardo Sebastião Vaz de Oliveira para o cargo de Administrador por parte do Estado junto da Companhia dos Diamantes de Angola, SARL - DIAMANG.

h) Prof. Eng. Artur de Figueiredo Nunes para o cargo de Administrador por parte do Estado junto da mesma Companhia (DIAMANG).

i) Eng. Júlio Mendes Gameiro para o cargo de Administrador por parte do Estado junto da Companhia de Celulose do Ultramar Português, SARL.

j) Dr. Jorge Eduardo da Costa Oliveira para o cargo de Delegado do Governo junto da Companhia de Petróleos de Angola, SARL - PETRANGOL.

1.5. Foi aceite o pedido de exoneração do Eng. José Manuel da Silveira Cruz de Moraes do cargo de Administrador por parte do Estado para que havia sido designado por despacho publicado no Diário do Governo nº 160, de 11 de Julho do corrente.

1.6. Foi aprovada a proposta de adicional à empreitada de reparações em muros-cais da Doca nº 1 de Leixões.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

5

- 1.7. Foi aprovada a proposta de actualização das rendas de uma propriedade rústica destinada a serviços affectos à Estação de Melhoramento de Plantas (Elvas).
- 1.8. Foi deliberado que fosse circulado por cinco dias o processo referente à construção da variante à Estrada Nacional 120 entre Grândola e Vila Nova de Milfontes.
- 1.9. Foi deliberado que, no caso de não serem formuladas objecções transmitidas ao Gabinete do Ministro Vítor Alves até às 13 horas de dia 18, se considerarão aprovadas e serão transmitidas ao Conselho de Estado as redacções definitivas dos projectos de lei eleitoral e sobre associações e partidos políticos.
- 1.10.1 Foi examinada a proposta de revisão da concordata apresentada pelo Ministro da Justiça.
- 1.10.2 Verificaram-se intervenções dos Ministros sem Pasta Álvaro Cunhal, Magalhães Mota e Melo Antunes e dos Ministros dos Assuntos Sociais e do Equipamento Social, às quais respondeu o Ministro da Justiça.
- 1.10.2 Foi deliberado que a proposta fosse apresentada ao Presidente da República e que a redacção final, caso seja aceite a orientação de princípio,

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

6

- 1.10. seja revista pelos técnicos do Ministério da Justiça em contacto com a Presidência da República em com os Ministros que formularam objecções.
- 1.11. Foi deliberado que o projecto de decreto-lei apresentado pelo Ministério da Justiça sobre registo criminal, fosse novamente submetido a Conselho na próxima sexta-feira.
- 1.12.1. Foi aprovada a redacção final do artº 137º da lei eleitoral.
- 1.12.2. Foram suscitados os problemas inerentes à fiscalização do recenseamento e voto fora do território eleitoral, que deverão ser objecto dum título novo (III) com a mesma lógica do deliberado para o território eleitoral.
- 1.12.3. Foi deliberado continuar o debate dos artºs. 46º e 47º em próximo Conselho de Ministros quando se regressar ao debate da lei eleitoral.
- 1.12.4. No próximo debate da lei far-se-ão também inscrições, como no primeiro debate.
- 1.13. Foi aprovado o decreto-lei que agrava as sanções estabelecidas para delitos anti-económicos.

./.



- 1.14. O Conselho deliberou que o projecto sobre acesso aos supermercados fosse discutido só após um estudo a elaborar por uma Comissão, no âmbito do Secretariado da Administração Pública, estudo esse a elaborar no prazo de trinta dias.
- 1.15.1. O Subsecretário da Administração Interna solicitou o adiamento da proposta referente à modernização da administração pública, aguardando a sua compatibilização com o projecto de despacho sobre medidas de austeridade do Ministério das Finanças.
- 1.15.2. Foram, no entanto, levantadas objecções na generalidade pelos Ministros da Justiça e da Educação e Cultura.
- 1.16.1. Foi iniciada a discussão na generalidade do projecto de decreto-lei sobre a criação de um serviço de informações governamental.
Intervieram os Ministros Vítor Alves e dos Assuntos Sociais.
- 1.16.2. Relativamente ao artº 1º foi aprovada, por maioria, a designação DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (quatro votos contra dois).



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

8

1.16.3. Após discussão, foi votada, por maioria, uma nova redacção do artº 2º, do seguinte teor:

"Com vista à defesa dos objectivos proclamados no Programa do Movimento das Forças Armadas o DNI executa a política de informações e contra-informações nacional e reúne, estuda e salvaguarda as informações que interessam à política, à administração e à segurança nacional, dando-lhes o destino adequado".

1.16.4. Foram aprovadas alterações de redacção ao artº 3º.

1.16.5. Foi aprovado, por maioria, o artº 4º.

1.16.6. Foi aprovada, por maioria, a manutenção do nº 5 do artº 4º.

1.16.7. Foi aprovada, por maioria, a eliminação do artº 5º, concluindo-se, assim, a apreciação do projecto de diploma.

1.17.1. Na generalidade, foram apreciados favoravelmente, através de intervenções do Primeiro Ministro, dos Ministros sem Pasta Melo Antunes e Vítor Alves e Ministros da Economia e Assuntos Sociais, os projectos apresentados pela R.T.P..

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

9

- 1.17.2. Foi deliberado que se transmitisse à Administração da R.T.P. o agrado pelo trabalho desenvolvido e que, futuramente, será apreciado em profundidade.
- 1.17.3. Pelo Ministro sem Pasta Álvaro Cunhal foram suscitadas objecções quanto à desconfiança com que são encarados os partidos.
- 1.17.4. Na especialidade, foram feitas diversas correcções.
- 1.17.5. Foram aprovadas duas sugestões à Administração, apresentadas pelo Ministro Magalhães Mota, do seguinte teor:
- a) Que se estude a possibilidade de criar taxas variáveis de acordo com a utilidade social e a sua adequação à política económica;
 - b) Que se estude um controle dos gastos, ponderados face à utilidade cultural e social dos programas.
- 1.17.6. Pelo Ministro da Defesa Nacional foi suscitado o problema das altíssimas remunerações pagas pela RTP e já depois do 25 de Abril.
- Foi decidido que se actuasse imediatamente e
- ./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

10

que o Ministro da Comunicação Social informasse todos os Ministros dos factos verificados.

1.18.1. O Governo deliberou proibir as actividades do chamado "Partido Nacionalista Português", ordenar o encerramento das suas instalações e a instauração do competente procedimento criminal, visto o mesmo se propor o derrubamento das instituições democráticas.

1.18.2. O comunicado desta medida só será tornado público depois de efectuado o encerramento das instalações.

1.19. Prosseguiu a análise da conjuntura política do País.

Foram concretamente abordados os problemas da inflação, LISNAVE e TAP.

Serão tomadas deliberações na próxima reunião do Conselho quanto à TAP e ao saneamento das empresas.

2. DEPOIS DA ORDEM DO DIA

2.1.1. Pelo Ministro do Equipamento Social foram apresentados dois projectos de diplomas legais sobre transportes.



2.1.2. A pedido do Ministro das Finanças os diplomas serão discutidos na próxima reunião do Conselho.

2.2.1, Pelo Ministro da Justiça foi proposta a constituição duma Comissão, englobando representantes dos vários Ministérios e dos partidos políticos, para comemorar, no dia 7 de Outubro, o Dia Mundial da Criança.

A Comissão seria presidida pelo Ministro dos Assuntos Sociais.

2.2.2. A proposta foi aprovada.

2.3. Foi deliberado transferir para a próxima reunião a discussão de projectos de lei sobre uma amnistia para a Guiné e horário de trabalho.

2.4. Na próxima reunião será também discutido um projecto de revisão do decreto-lei sobre pensões de reforma.